

FECOMÉRCIO

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE
CORREIA

DATA: 21.05.15

EDITORIA: HILNETH

PRA OUVIR! * O Grupo de Ópera Canto Dell'Arte apresenta hoje, às 20h, no SESC Centro, a ópera Dido e Eneias do compositor inglês, Henry Purcell... * O cantor Jorge Ver-cillo traz seu show para Natal nesta sexta, às 21h, no Teatro Riachuelo.

NOIVAS DE MAIO- noivas de toda a região Nordeste terão oportunidade de participar do "Noivas de Maio 2015" que acontecerá no Versailles Recepções, das 14h às 22h. O evento de Fafá Medeiros.

Classificação: Positiva

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 21.05.15

EDITORIA: RODA VIVA

ÓPERA NO SESC



O auditório do SESC, na cidade Alta vai receber, hoje, uma ópera, apresentada pelo grupo de Ópera Canto Dell'Arte, que vai encenar a peça "Dido e Eneias", do compositor inglês Henry Purcell, com os solistas Ariadé Mendes como Dido (mezzo-soprano); José Fernandez como Eneias (barítono), além de Dallana Cavalcanti, Luciano Sahlino, Helena Silva, André Valentim e Ronan Bertolo.

Classificação: Positiva

VEÍCULO: O MOSSOROENSE DATA: 20.05.15

Galeria do Sesc Restaurante abrirá calendário de exposições 2015



Detalhes

Publicado em 20 de Maio de 2015

: por Adriana Moraes

Exposição aborda transformações nas paisagens no litoral de Parnamirim. (Foto: Divulgação/Sesc)O calendário de exposições de 2015 da galeria do Sesc Restaurante, em Natal, será aberto hoje, 20, com a mostra Grande árvore: muitas histórias, de Maurício Camargo. O calendário é fruto de uma iniciativa inédita do Sistema Fecomércio, por meio do Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Norte (Sesc RN), que selecionou, por meio de edital, seis projetos para expor na unidade da instituição. A vernissage acontece às 10h, com entrada gratuita.

"Grande árvore: muitas histórias" aborda as profundas transformações pelas quais vêm sofrendo as paisagens natural e cultural do litoral de Parnamirim, especificamente Pium e Pirangi do Norte. A exposição – que conta com 18 impressões fotográficas em tecido, textos e um documentário – é resultado do projeto "Memorial do Litoral" que, em 2003, iniciou os registros fotográficos e audiovisuais para construir um acervo sobre a memória da região.

Por meio de relatos de antigos moradores, o público imergirá em histórias e paisagens da região, transformada por ações humanas como a especulação imobiliária e a devastação ambiental. A exposição fica em cartaz até 26 de junho,

aberta a visitação de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, com entrada gratuita.

Os seis projetos contemplados pelo edital receberam um prêmio no valor de R\$ 1.200,00 cada, totalizando R\$ 7.200 investidos. Além de fomentar o talento dos artistas locais, a iniciativa também democratiza o acesso a exposições artísticas e suscita no público o interesse pelo tema.

Classificação: Positiva

VEÍCULO: BLOG SUÉBSTER NÉRI **DATA:** 20.05.15

Rádio Seridó participará de Encontro Nacional de Tecnologia para Radiodifusão – Blog Suébster Neri – Desde 2007

A Rádio Seridó AM confirmou presença no Encontro de Tecnologia para Radiodifusão que vai acontecer nos dias 21 e 22 de Maio no auditório da Fecomércio em Natal. Denominado Tech Days, o evento é realizado pela Embrasec, empresa que edita a revista Rádio e Negócios e tem apoio institucional da Abert e das associações estaduais de radiodifusão.

O Encontro vai apresentar em Natal o que existe de mais moderno em termos de equipamentos para emissoras de rádio, já que pelo menos seis das maiores empresas do país na comercialização de equipamentos para o setor vão expor, durante o evento. As palestras do Encontro serão proferidas por profissionais de renome nacional e estadual e vão acontecer simultaneamente com a exposição de equipamentos, onde serão mostrados novos serviços e tecnologias para os profissionais da área.

A Rádio Seridó estará representada no Techdays 2015 pelo seu diretor, Eduardo Dantas, e terá oportunidade de debater temas como; recursos inovadores para emissoras, migração do rádio AM para o FM, conteúdo e marketing, e o rádio no contexto das mídias sociais.

Classificação: Positiva

NOTÍCIAS DE INTERESSE:

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 21.05.15

EDITORIA: POLÍTICA

Frustração com repasse ao Estado soma R\$ 92 milhões

« DESEQUILÍBRIO FISCAL » Governo estima que a queda na transferência do Fundo de Participação continuou nos primeiros quatro meses deste ano

A frustração de receita do Fundo de Participação dos Estados para o Rio Grande do Norte foi de R\$ 92,2 milhões nos quatro primeiros meses de 2015. O valor representa a projeção feita no Orçamento Geral do Estado para o período e não chegou de fato aos cofres públicos.

O secretário estadual de Planejamento, Gustavo Nogueira, afirmou através da Assessoria de Imprensa que “apesar do Governo Federal ter alterado a política de redução de impostos em 2015, o FPE deste ano já sofreu uma frustração de R\$ 92.201.535,57, no período de 1º de janeiro a 20 de maio, se comparado ao orçado no mesmo período de 2014”. O auxiliar de

primeiro escalão observou que esse fato ocorreu, em grande parte, devido ao desaquecimento da economia. A frustração de receita já se tornou um fato comum para os governos estaduais. Em 2014 a estimativa dos auxiliares da então governadora Rosalba Ciarlini foi de uma frustração chegando a quase R\$ 2 bilhões.

Outro fato que promoveu nos últimos anos a receita menor para os Estados foi a política de desoneração promovida pelo Governo Federal nos produtos da chamada “linha branca” e na indústria automotiva. No caso do Governo do Estado potiguar de 2011 a 2014 987.820.630,79 foram as receitas que deixaram de ser arrecadadas fruto das desonerações

feitas pelo Governo Federal.

A base de arrecadação do FPE é composta pelo Imposto de Renda e Imposto de Produção Industrial. A queda na expectativa ocorreu em virtude de concessões de benefícios dados pelo Governo Federal na isenção ou redução do percentual do Imposto.

Através da Assessoria de Imprensa, o secretário estadual de Planejamento Gustavo Nogueira lembrou também que algumas empresas ganharam isenção do Imposto de Renda.

No caso das prefeituras, pesquisa revelada pela Confederação Nacional dos Municípios mostrou que de 2008 a 2012 os municípios potiguares deixaram de arrecadar R\$ 1,93 bilhão re-

flexo dos incentivos tributários oferecidos pela União.

A quantificação da perda de receitas dos municípios veio com pesquisa foi divulgada pela Confederação Nacional dos Municípios e está sendo usada como argumento para necessidade de um novo pacto federativo.

A estimativa da entidade, é que de 2008 a 2012 R\$ 707 milhões saíram (ou deixaram de entrar na contabilidade) dos pequenos municípios potiguares, aqueles com menos de 10.188 habitantes, os mais dependentes das transferências constitucionais. Entre os municípios potiguares, a capital foi a que “contribuiu” mais com a renúncia de receita, contabilizando R\$ 254,9 milhões.



Governadores participam da reunião com os presidentes da Câmara, Eduardo Cunha, e do Senado, Renan Calheiros

Governadores apontam “concentração de recursos”

O encontro de ontem com os presidentes da Câmara, Eduardo Cunha, e do Senado, Renan Calheiros, serviu para que governadores apresentassem queixas em relação ao governo federal. Nos discursos predominou a avaliação de que há excessiva concentração de recursos na União. Eles reclamaram também do ajuste fiscal da presidente Dilma Rousseff e propuseram a adoção de uma agenda legislativa paralela à do Executivo federal para retomar investimentos e desenvolver os Estados no momento de crise econômica.

“Somos herdeiros de uma política que sequestrou recursos dos Estados para a União. Cada Estado caminha para o abismo. Cabem ao Parlamento a reforma e o diálogo para proceder a descentralização”, disse o governador do Acre, Tião Viana (PT).

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), cobrou a liberação de recursos do governo federal para Parcerias Público-Privadas (PPPs). “O governo está estudando projetos de concessões e PPPs, mas as nossas PPPs, que já estão assinadas, ele não libera os financiamentos, desde janeiro. Está tudo parado e com o Programa de Ajuste Fiscal aprovado. Isso é super importante”, disse o tucano.

Falando em nome do Nordeste, o governador da Paraíba, Ricardo Coutinho (PSB), afirmou que é importante que o ajuste fiscal não paralise obras. Segundo ele, a região passa há quatro anos por uma crise hídrica, sendo necessários recursos para viabilizar obras que já estão em curso.

Por sua vez, o governador do Mato Grosso, Pedro Traques (PDT), defendeu que os chefes dos

Executivos estaduais sejam ouvidos na condução do ajuste da pasta e que o governo federal informe onde serão feitos os cortes. “Precisamos desse ajuste sim, mas os estados, muitos deles, fizeram a sua parte. A União não fez a parte dela e sobra para os estados”, afirmou.

Na visão do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), a intenção de priorizar o cumprimento da meta de superávit primário é discutível. Para ele, é possível avançar em demandas dos governos estaduais sem comprometer a disponibilidade de recursos da União. “Tem coisas que afetam mais a visão do superávit primário, que é uma visão discutível”, disse. “Garantir fluxo, agilizar verbas e cumprir aquilo que está na Constituição é uma coisa que não deveria nem ser palco de discussão, deveria ser automática”, defendeu.

Anfitrião do encontro, o presidente do Congresso disse que o ajuste fiscal promovido pelos estados é muito mais efetivo do que o da administração federal, classificado por ele como meramente trabalhista e previdenciário. Para Renan, os governadores também querem “qualificar” o ajuste do governo federal.

O governador Robinson Faria não participou da reunião e foi representado pelo vice-governador Fábio Dantas. “O encontro foi extremamente positivo. O Poder Legislativo mostrou-se sensível em acatar as propostas que podem impactar na situação financeira dos estados e na questão da redistribuição dos recursos da União, para que todos possam enfrentar esse momento de crise com mais equilíbrio”, avaliou o vice-governador.

Comissão aprova relatório de Walter sobre renegociação

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou ontem o relatório do deputado federal Walter Alves (PMDB) que aperfeiçoa a sistematização da renegociação das dívidas dos estados e dos municípios brasileiros com a União, prevista na Lei Complementar nº 148/2014.

Desde o ano passado, estados e municípios encontravam dificuldades para regularizar suas situações junto à União, por ausência da especificação de alguns mecanismos não previstos na Lei Complementar nº 148/2014, entre eles a falta de um prazo definido para que o Ministério da Fazenda promova as modificações legais. Ago-

ra, a União tem até 31 de janeiro de 2016 para apresentar os cálculos. Após essa data os estados e municípios poderão proceder regularizar a situação com os cálculos próprios. Também foi aprovada a emenda do Senado Federal, que define a forma de utilização dos recursos depositados na regularização das contas, mantendo um limite de 30% (trinta por cento) de saldo como medida de segurança.

A aprovação do relatório na Comissão de Finanças e Tributação é o passo decisivo que resolve os problemas atuais e dá fôlego para prefeitos e governadores de todo o país.

O projeto relatado pelo de-



Walter Alves participa da reunião da Comissão de Finanças

putado Walter Alves segue agora para o plenário. Walter afirma que a tramitação deverá ser rápida porque foi construído um acordo entre os diversos partidos para que a situação seja resolvida o mais rápido possível.

Com vice-líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Walter Alves foi fundamental na construção desse consenso para a aprovação do parecer e a urgência na tramitação do PLP 37/2015 de autoria do deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ).

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 21.05.15 EDITORIA: POLÍTICA

Comissão do Senado aprova aumento para o Judiciário

« REMUNERAÇÃO » Senadores que integram a CCJ votam o projeto que concede reajuste escalonado de até 76% a servidores de tribunais federais

Brasília (AE) - A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem o projeto de lei que concede reajuste, de até 76%, escalonado em três anos, aos servidores do Poder Judiciário federal. Diante da pressão dos funcionários da categoria e de senadores, o governo foi derrotado na articulação costurada desde a semana passada, conforme revelou o Broadcast Político, serviço em tempo real da Agência Estado, de remeter a proposta para ser negociada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Agora, o governo será obrigado a discutir mudanças ao texto diretamente em plenário, local em que a pressão pelo reajuste é tradicionalmente maior. O texto, que já havia passado sem alarde pela Câmara, foi aprovado em votação simbólica, sem o registro de voto individual dos senadores. Sindicalistas e servidores do poder comemoraram a aprovação da medida.

Em meio ao ajuste fiscal, a equipe econômica teme o impacto de R\$ 1,5 bilhão que a proposta causará, caso o aumento comece a vigorar ainda a partir de 2015. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, tem pressionado o governo federal para conceder o reajuste imediatamente, tendo



Senadores discutem o projeto de aumento na Comissão de Justiça

inclusive conversado com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

Durante a reunião, o líder do governo no Senado, Delcídio Amaral (PT-MS), afirmou ter prevalecido o entendimento com os senadores e os sindicalistas para discutir a proposta no plenário. Nos bastidores, havia o receio de que a articulação de mandar a proposta para a CAE, presidida por Delcídio, fosse derrotada e, por isso, os governistas preferiram debater a proposta no plenário. Se o texto for alterado em plenário, a proposta terá de voltar para a Câmara. Do contrário, seguirá para a sanção da presidente Dilma Rousseff.

Senadores elogiaram a ação do governo de firmar o acordo.

"Há a necessidade de repararmos essa reivindicação que é justa", afirmou o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES). "Eles (os servidores) resistiram às dificuldades que passaram pela defasagem salarial", disse o líder do DEM no Senado, Ronaldo Caiado (GO), para que essa falta de plano de carreiras - o último foi aprovado em 2006 - "incomoda e até inviabiliza a atuação desse poder".

O parecer favorável do relator, senador José Maranhão (PMDB-PB), estabelece aumento de 53% a 78,56%, em função da classe e do padrão do servidor. O pagamento deverá ocorrer em seis parcelas sucessivas, de julho deste ano a dezembro de 2017.

Advogados públicos federais entregam cargos

Brasília (AE) - Advogados públicos federais realizaram ontem um ato para reclamar das condições de trabalho da categoria. Entre as queixas estão os salários e falta de pessoal. O grupo promete amanhã fazer a entrega de mais de 2 mil cargos de chefia em todas as carreiras da Advocacia-Geral da União (AGU): advogados da União, procuradores do Banco Central, procuradores da Fazenda Nacional e procuradores federais.

De acordo com a União dos Advogados Públicos Federais do Brasil (Unafe), o ato foi promovido em resposta "às más condições de trabalho oferecidas na AGU". O ato reuniu representantes da Unafe. Após a ação, representantes foram recebidos pelo advogado-geral substituto, Fernando Luiz Albuquerque Faria. Procurada, a AGU não se manifestou sobre o assunto até o momento. O diretor-geral da Unafe, Roberto Mota, afirmou que o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, criou há cerca de um mês um grupo de atuação institucional para defender junto ao Executivo e Legislativo as causas apresentadas pelos advogados públicos.

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 21.05.15

EDITORIA: POLÍTICA

CONGRESSO DISCUTE PACTO FEDERATIVO

/ UNIÃO / PROPOSTAS APRESENTADAS PELOS GOVERNADORES PODEM GANHAR PRIORIDADE NA PAUTA DO SENADO E CÂMARA; COMISSÃO DE PARLAMENTARES VAI ACOMPANHAR O TEMA

UMA PAUTA COMUM da Câmara e do Senado com propostas ligadas ao Pacto Federativo será uma das consequências da reunião de ontem (20) entre o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e os governadores.

Com base nas sugestões dos chefes dos Executivos estaduais, as propostas que ganharão prioridade na pauta do Legislativo serão definidas hoje (21) pelos presidentes do Senado e da Câmara.

Ainda no Senado, uma comissão composta por 17 senadores será criada para acompanhar o andamento dessa pauta. A iniciativa vai ao encontro de uma sugestão do governador de Mato Grosso, Pedro Taques (PDT), que pediu ao Congresso a concentração de esforços em uma pauta dedicada a ajustes no Pacto Federativo.

"Existem propostas que beneficiam alguns estados e prejudicam outros. A definição de uma agenda exclusiva poderia levar à conciliação dos diversos interesses", justificou Taques.

Para o governador da Bahia, Rui Costa (PT), a criação de uma agenda federativa não basta. Segundo ele, é necessário que, antes da votação de projetos de lei, governadores e prefeitos sejam consultados sobre os impactos das propostas na arrecadação e nas despesas de estados e municípios.

"Se isso ocorresse, já seria uma grande ajuda. Coloquem a Federação em primeiro lugar", reivindicou Costa.

Especificamente sobre pro-



Reunião entre o senador Renan Calheiros, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e os governadores mobilizou Brasília

postas ligadas à saúde e à segurança pública, o governador da Bahia sugeriu que o Congresso repense o modelo de financiamento nessas áreas. "Não se trata de dizer que é problema de A ou de B. Estamos todos no mesmo barco, juntos e misturados. Juntos, precisamos buscar as soluções", concluiu.

"Essa reunião é fundamental para ouvir os governadores, prestar contas e equilibrar as relações dos governos estaduais com o governo central. Acho que esse é o papel do Senado Federal", disse o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Ao abrir o encontro, Renan lembrou a última reunião com os governadores - ocorrida em mar-

ço de 2013 - e destacou alguns pontos da pauta daquela época que avançaram na Câmara e no Senado, como a criação de novas regras de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios (Lei Complementar 143/2013).

Também foi lembrada a aprovação da Emenda Constitucional 84/2014, que aumentou em 1% o repasse de recursos pela União para o Fundo de Participação dos Municípios.

O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que também participou do encontro, ressaltou que as competências dos entes federativos devem ser bem definidas.

Para ele, estancar a sangria de

colocar obrigações sem que eles tenham condições de cumprir é o principal ponto a ser solucionado. "Não podemos dar obrigações [aos entes federativos] sem condições de que eles tenham fontes de financiamento. Na realidade queremos definir atribuições de cada ente da federação e como cada um vai ter condições de financiar essas obrigações."

Cunha lembrou a sugestão dada pela frente de prefeitos que está na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 172, que proíbe transferência de encargos sem recursos correspondentes. O presidente da Câmara disse que espera levar o texto para votação no plenário da Casa ainda no primeiro semestre deste ano.

VICE-GOVERNADOR REPRESENTA ROBINSON EM BRASÍLIA

O vice-governador Fábio Dantas representou o governador Robinson Faria na reunião em Brasília, onde discutiu-se o pacto federativo, a redistribuição das receitas da União e a criação de um fundo de segurança pública.

"O encontro foi extremamente positivo. O Poder Legislativo mostrou-se sensível em acatar as propostas que podem impactar na situação financeira dos estados e na questão da redistribuição dos recursos da União, para que todos possam enfrentar esse momento de crise com mais equilíbrio", avaliou Fábio Dantas.

À tarde, Fábio Dantas participou de uma reunião entre o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aldo Rebelo, com os governadores do Nordeste. Na ocasião, o ministro apresentou o Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento sustentável do Nordeste Brasileiro. Mais uma vez, o vice-governador Fábio Dantas representou o Rio Grande do Norte no encontro.



Governadores apresentaram pedidos e reclamações na reunião; Fábio Dantas representou o Rio Grande do Norte

PRIORIDADES PARA OS GOVERNANTES

Dispostos a encontrar soluções para driblar a crise econômica, governadores de estados chegaram à reunião com os presidentes da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), em Brasília, cheios de pedidos e reclamações. "É preciso que o Legislativo converse com a União para criarmos uma alternativa, pois os estados caminham para o abismo e, por enquanto, sem nenhuma perspectiva em termos de desenvolvimento", disse o governador do Acre, Tião Viana (PT), primeiro a falar no encontro.

Em nome dos governadores do Centro-Oeste, o do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg (PSB) fez uma lista de prioridades. Ele destacou a convalidação dos benefícios fiscais concedidos por estados a empresas para permitir aos estados utilizarem as mesmas alíquotas tributárias; a aprovação da PEC que im-

pede o aumento de despesas dos estados por parte da União sem determinar a respectiva fonte de receitas e a adoção da "alíquota zero" para o Pasep, nas transações entre União e estados.

Pela região Sudeste, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB) defendeu a aprovação do PLS 95/15, que concede incentivos fiscais, no PIS e Pasep, para os prestadores de serviços de saneamento básico aumentarem o volume de investimentos no setor.

Os investimentos em saúde foram outro ponto destacado por Alckmin. Ele reclamou do "subfinanciamento" do setor por parte da União e pediu a revisão do teto de repasses. Para o governador, o direito de cobrar das seguradoras de saúde, hoje, atribuição exclusiva do Ministério da Saúde, deveria ser de estados e municípios.

Sobre a concessão de aposentadorias, Alckmin lembrou que o

tempo do trabalhador na iniciativa privada conta para o setor público e vice-versa, mas cobrou uma compensação pelo fato de a maioria dos funcionários virem da iniciativa privada para se aposentarem pelo estado. "São recursos públicos. E esse desequilíbrio precisa ser compensado de alguma forma", avaliou.

Pelo Nordeste, o governador da Paraíba, Ricardo Coutinho (PSB) informou que está preocupado com o impacto das medidas de ajuste fiscal na região do semiárido. "Nós, governadores do Nordeste, queremos compartilhar que não podemos ter paralisação de obras hídricas do PAC no semiárido. É essencial compreender que essas obras são um diferencial importantíssimo para que o semiárido possa se constituir em solução. O ajuste fiscal não pode paralisar obras fundamentais para esse território", acrescentou.

VEÍCULO: NOVO JORNAL
POLÍTICA

DATA: 21.05.15

EDITORIA:

CÂMARA AGORA VAI ANALISAR VETOS DO PREFEITO DE NATAL

/ TRÂMITE / EXECUTIVO REJEITA 18 EMENDAS AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR QUE REGULAMENTA A LICITAÇÃO PARA O TRANSPORTE PÚBLICO DA CAPITAL, MAS CONTINUA NEGOCIANDO COM VEREADORES ALTERAÇÕES QUE GEREM MENOS IMPACTO

CLÁUDIO OLIVEIRA
DO NOVO JORNAL

O PREFEITO CARLOS Eduardo apresentou ontem à Câmara Municipal 18 vetos ao Projeto de Lei Complementar que regulamenta a licitação para o transporte público da capital. Contudo, está negociando com os vereadores para que as emendas rejeitadas possam ser reformuladas a fim de que gerem impacto financeiro suportável ao sistema, podendo dessa forma serem apresentadas como projetos de leis substitutivos.

O Executivo tem recuado desde que anunciou que poderia vetar 37 das 93 emendas apresentadas pelos vereadores ao projeto original. Reduziu o número para 22 vetos e, por fim, protocolou 18 no Legislativo municipal, que serão analisados pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final da Casa.

As mudanças mais requisitadas e que proporcionariam aos usuários a sensação de mudança no sistema, visto a comodidade que trariam, foram rejeitadas pelo prefeito. É o caso da que re-



Depois que foram lidos em plenário, os vetos serão analisados pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final da Câmara de Natal

SOCIEDADE DOS CEGOS DEFENDE MAIS ACESSIBILIDADE

As propostas que tratam de mais inclusão e acessibilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais no transporte público são endossadas pelos representantes das entidades que defendem esta categoria.

Para o presidente da Sociedade dos Cegos (Soce-RN), Ronaldo Tavares, falta sensibilidade social para com os portadores de necessidades especiais quando se vota, por exemplo, o rebaixamento do piso dos ônibus.

quer ar condicionado em toda a frota, de forma gradual, iniciando com 20% e, a cada ano mais 20%, sendo que todo novo veículo a integrar o serviço já deveria possuir o equipamento.

Também está fora do projeto a proposta de que em dez anos todos os ônibus tenham piso rebaixado para facilitar o acesso ao interior dos veículos de pessoas com limitações. Começaria com 10% e a cada ano acresceria esse mesmo percentual. A exigência de que não sejam mais adquiridos veículos para o sistema com motor cilíndrico também foi rejeitada, assim como a proposta de que os ônibus tenham botão de travamento nas portas e catracas quando os ônibus atingirem a lotação.

A justificativa para estes vetos está no temido impacto financeiro que podem gerar e que, segundo a prefeitura, iriam refletir diretamente na tarifa. Mas, segundo o líder do governo na Câmara, Raniere Barbosa, nem tudo está perdido. "O que vamos discutir é o que pode interferir na tarifa. A prefeitura não tem orçamento para subsidiar esses cus-

tos e o usuário não pode ser penalizado com uma tarifa alta. Por isso, a ideia é modificar as emendas para que o impacto que vierem a causar seja gradual, aos poucos", explica.

Isso deve ocorrer também com a emenda que prevê a redução da idade para gratuidade dos idosos de 65 para 60 anos. Raniere diz que a proposta é que seja acatada esta redução, desde que ocorra de forma gradativa, reduzindo um ano por vez.

Também segue este modelo a proibição da dupla função de motoristas. O vice-líder do prefeito, vereador Júlio Protásio, explica que neste caso, após a licitação as empresas contratadas já operariam com um percentual de 50% de profissionais em dupla função e, a cada ano, seria reduzida em 10% até ser totalmente proibida. Já a dupla jornada permanece vetada. "Todas as emendas que apresentaram impacto financeiro são alvo de negociação para que possam amenizar esse impacto que, segundo a STTU, chegaria a R\$ 3,82 o preço da tarifa",

conta Júlio.

Está vetada também a obrigação de as empresas cumprirem o intervalo de 15 minutos para a saída de ônibus dos terminais, a fim de evitar que o passageiro espere por muito tempo nas paradas. Para este caso foi argumentada a impossibilidade técnica. A prefeitura também não aceitou que as passagens sejam comercializadas diretamente por ela porque diz que essa exigência impede que o Município opte pela terceirização de serviços, como a Lei Orgânica permite.

O prefeito, no entanto, desistiu de vetar algumas propostas que versam sobre a aplicação de multas para as empresas e permissionários que descumprirem com suas obrigações, provocando transtornos aos usuários. Também voltou atrás em relação à idade máxima de dez anos para os veículos e a idade média de 4 anos para a frota, que inicialmente seria vetada. Com isso, possivelmente se verá menos ônibus sucateados circulando pela cidade após a licitação.



A PREFEITURA NÃO TEM ORÇAMENTO PARA SUBSIDIAR ESSES CUSTOS E O USUÁRIO NÃO PODE SER PENALIZADO COM UMA TARIFA ALTA"

Raniere Barbosa, Líder do prefeito na Câmara

"Vamos até as últimas instâncias para garantir os nossos direitos. Não se pode vetar a adequação do transporte público para os deficientes simplesmente em função dos custos. Está garantido por lei que todos temos o direito de ir e vir, só queremos que a Prefeitura ofereça condições para assegurarmos um direito nosso", afirma Ronaldo.

De acordo com Ronaldo Tavares, não se pode justificar um acréscimo de mais de 62% no valor da tarifa em função de mudanças que visam melhorias para os usuários que pagam pelo serviço. "As mudanças não aconteceriam do dia para a noite. Seria um processo gradual, onde as empresas teriam tempo para adequar a frota e aumentar o

... E não são apenas as mudanças no transporte público que são pautas de reivindicações por parte daqueles que possuem algum tipo de necessidade especial. A inclusão de sinais de trânsito sonoros, que alertem os deficientes visuais sobre qual a cor do semáforo, além da indicação em braille nas paradas das linhas de ônibus que passam por aquele abrigo também são adequações sugeridas pela Soce-RN.

"É muito simples para quem não possui nenhum tipo de deficiência sair de casa e pegar um ônibus, por exemplo. Mas para quem é deficiente visual, tudo é complicado. Imagine pegar um ônibus, subir degraus, passar por roletas... tudo isso sem enxergar. É uma missão impossível", reitera Ronaldo Tavares.

VETOS AOS PERMISSIONÁRIOS

Algumas emendas vetadas concediam mais direitos aos permissionários e estas deverão enfrentar resistência dos vereadores, especialmente os da oposição. O prefeito vetou, por exemplo, que a permissão para o transporte alternativo passasse para herdeiros da mesma família em caso de morte do titular. Ele também recusou manter os trajetos dos alternativos como é hoje, tendo o mesmo destino que os ônibus, por ruas paralelas.

"Não adianta. Ele quer que a gente faça apenas o transporte interbairro nas regiões. Quer que a gente comece a operar num sistema morto. Só queremos manter o trajeto como é hoje em linhas paralelas", reclama o presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Alternativo (Sitoparn), Pedro Neto.

Os permissionários também não poderão



Pedro Neto, presidente do Sitoparn

contratar três operadores, como previa uma das emendas, porque segundo as justificativas do veto geram despesas com direitos trabalhistas ao erário. Foi vetada ainda a obrigação de que seja implantada uma permissão para cada cinco mil habitantes.

REUNIAO DEFINIRA NOVOS RUMOS

Os vereadores irão se reunir amanhã na Câmara Municipal, a partir das 10h, com a Procuradoria do Município, a Secretaria de Mobilidade (STTU) e o Instituto de Consultoria Rua Viva para definir de que forma poderão promover as melhorias apresentadas nas emendas vetadas. A ideia dos líderes da base do prefeito é chegar a um acordo para que o plenário aprove os vetos, se, ao mesmo tempo, o prefeito encaminhar projetos substitutivos com as emendas modificadas.

A ideia divide opiniões entre os vereadores, inclusive da oposição. Amanda Gurgel (PSTU) disse que ainda não analisou os vetos, mas que se posiciona completamente contra eles. "Não concordo porque essa proposta de lei substitutiva não será cumprida, assim como não se cumpre até hoje a lei da unificação da bilhetagem. Para mim não há razão para acreditar na palavra do prefeito e ser a coroação da desmoralização desta Casa", destaca.

Já o vereador Sandro Pimentel (PSOL) mostrou-se mais flexível ao debate. "Acho que se avançarmos num projeto negociável, será melhor do que manter



Aroldo Alves, presidente da Comissão de Transportes. "Estamos avançando"

uma queda de braço. O que estiver de acordo com o que propomos, desde que venha promover as mudanças e melhorias, acho prudente negociar", disse.

O mesmo pensamento foi externado pelo vereador Aroldo Alves (PSDB), presidente da Comis-

são de Transportes. "Houve um recuo do prefeito que, de 37 reduziu os vetos para 18 emendas. Significa que estamos avançando e se conseguirmos chegar a um consenso, de forma que não prejudique a população e traga melhorias, é válido", declarou.

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 21.05.15

EDITORIA: ECONOMIA

CVM VAI ANALISAR SUPOSTA MANIPULAÇÃO DE BALANÇO

/ PETROBRAS / ANALISTAS ACUSAM A PETROLÍFERA ESTATAL DE TER CONTABILIZADO NO LUCRO DO PRIMEIRO TRIMESTRE UMA PREVISÃO DE RECEBIMENTO DE R\$ 1,3 BILHÃO DE DÍVIDAS A SEREM PAGAS PELA ELETROBRAS; ACORDO PARA PAGAMENTO SÓ FOI FECHADO EM 7 DE MAIO

A COMISSÃO DE Valores Mobiliários (CVM) informou que vai acompanhar as informações e movimentações do mercado financeiro sobre o balanço da Petrobras do primeiro trimestre deste ano. Mas, por enquanto, não há nenhuma definição se o órgão regulador vai investigar uma possível manobra contábil utilizada pela petrolífera, conforme divulgado na imprensa. As informações são da Agência Estado.

Especialistas acusam a empresa de contabilizar no lucro de R\$ 5,3 bilhões a previsão de recebimento de R\$ 1,3 bilhão de dívidas a serem pagas pela Eletrobras. O acordo para o pagamento, no entanto, só foi fechado no dia 7 de maio, depois de concluído o exercício do primeiro trimestre.

Questionada sobre o seu posicionamento em relação ao caso, a

CVM informou apenas que "analisará as informações e movimentações envolvendo as companhias abertas, tomando as medidas cabíveis, quando necessário". A agência reguladora ainda destacou as regras previstas no pronunciamento 24, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que trata de eventos subsequentes ao do período do qual trata o balanço financeiro.

Segundo o especialista em contabilidade pelo Insper e diretor da consultoria M2M, Eric Barreto, a Petrobras contrariou o CPC 24 ao considerar um evento posterior ao primeiro trimestre para reverter uma provisão de crédito duvidoso de R\$ 1,3 bilhão, devido pela Eletrobras. "A Petrobras e o auditor (PricewaterhouseCoopers) podem ser questionados pela CVM porque transgrediram

a norma contábil. Mas, se a CVM resolver investigar e pedir a retificação, não acho que terá impacto mais grave para a empresa ou auditor", disse Barreto.

A avaliação do contador é que a Petrobras errou, mas não fraudou o resultado financeiro, porque informou a data em que fechou acordo com a Eletrobras, dia 7 de maio, para receber a dívida, em nota explicativa. Por isso, aposta numa retificação do balanço do primeiro trimestre quando for divulgar o resultado do segundo trimestre.

Diante da "criatividade" contábil, as ações da Petrobras fecharam em queda. Apesar da companhia ter reportado um lucro de R\$ 5,3 bilhões no primeiro trimestre, investidores continuam receosos quanto ao endividamento da empresa.



Depois do governo federal, é a vez da Petrobras ser acusada de se valer da "contabilidade criativa"

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 21.05.15

EDITORIA: ECONOMIA

/ PRUDÊNCIA /

EMPRESAS REDUZEM PROCURA POR CRÉDITO EM ABRIL, MOSTRA SERASA

AS EMPRESAS REDUZIRAM a busca por crédito em 12,3% no mês de abril na comparação com o mês anterior, indicando uma mudança de comportamento em relação aos dois últimos meses, quando a procura havia crescido. Em relação a abril de 2014, a procura caiu 1,2%. Os dados referem-se ao Indicador Serasa Experian de Demanda das Empresas por Crédito.

No acumulado do quadrimestre, houve alta de 6,9% comparado ao período de janeiro a abril de 2014. Para os economistas da Serasa Experian, o resultado de abril reflete "o atual quadro recessivo da

economia brasileira, marcado por altas taxas de juros e baixo grau de confiança de consumidores e empresários".

O levantamento da Serasa Experian mostra que foi maior a queda na variação mensal no segmento das micro e pequenas empresas que diminuíram a busca em 12,5% em março último. Nas empresas de médio porte, ocorreu recuo de 8,7% em abril e nas grandes empresas, retração de 7,5%.

No acumulado desde janeiro, apenas as micro e pequenas empresas elevaram a procura com um aumento de 8,4%. As médias

empresas buscaram 14,2% menos e as grandes (-7,7%).

Por setor, houve recuo em todas áreas com destaque para o comércio (-13%). Nos serviços, foi constatada uma baixa de 11,9% e, na indústria (-10,6%). No primeiro quadrimestre, aparece os serviços com uma alta de 8,8%, seguido do comércio com elevação de 8,5% e no setor industrial queda de 5,7%.

A Região Centro-Oeste foi a que apresentou o maior recuo de março a abril, com 23,1%. No Sul, houve queda de 16,5%; Sudeste ficou em 16,1%; Nordeste, 15,7% e apenas a Região Norte indicou avanço de 9%.

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 21.05.15

EDITORIA: ECONOMIA



► Pesquisa mostra retorno a patamares de abril e setembro de 2014

/ RESPIRO /

SETOR DE SERVIÇOS CRESCER EM MARÇO

PESQUISA DO INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou ontem que, em março, o setor de serviços do país teve crescimento nominal de 6,1%, na comparação com igual mês do ano anterior. O crescimento nominal embute a inflação ocorrida no período.

De acordo com os dados, que fazem parte da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), a taxa é superior às taxas de fevereiro (0,9%) e janeiro (1,8%), retornando aos patamares de abril e setembro de 2014. A PMS traz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do setor de serviços no país.

mestre de 2015, em comparação a igual período de 2014, atingiu 2,9%, o menor patamar da série trimestral, em consequência das menores variações registradas nos meses de janeiro e fevereiro.

As taxas de crescimento trimestral, em ordem de variação, foram as seguintes: serviços prestados às famílias (6,1%); serviços profissionais, administrativos e complementares (6%); transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio (3,1%).

Na avaliação da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o resultado de março foi influenciado pelo maior número de dias

Em relação a março de 2014, cinco segmentos do setor de serviços registraram variações positivas: serviços profissionais, administrativos e complementares (8,8%); transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio (8,7%); outros serviços (5,2%); serviços de informação e comunicação (2,9%) e serviços prestados às famílias (2,5%).

O crescimento nominal do setor de serviços no primeiro tri-

trimestre do mês este ano, em relação ao mesmo período do ano passado e desempenho dos setores de serviços profissionais, administrativos e complementares e dos serviços de transportes.

No entanto, "dados consolidados do primeiro trimestre, levaram o total das atividades pesquisadas a registrar seu pior resultado trimestral desde o início da pesquisa", em 2012, conforme a entidade.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 21.05.15

EDITORIA: ECONOMIA

Projeto das desonerações é adiado

« AJUSTE » Votação do projeto que reduz benefício para diversos setores era esperada para ontem, mas não houve acordo e acabou ficando para 10 de junho. Indústrias pedem ao governo que reconsidere medida

O projeto de lei (PL 863/15, do Executivo) que reduz a desoneração da folha de pagamentos concedida a diversos setores será votado no dia 10 de junho. Havia a expectativa de que o texto fosse apreciado ontem. A informação foi confirmada pelo líder do PT, deputado Sibá Machado (AC). Segundo ele, o adiantamento não representará prejuízos ao ajuste fiscal pretendido pelo governo. "Seria bom se concluíssemos tudo nesta semana, mas não tem prejuízo deixar para o dia 10", disse.

A proposta original do governo reduziria a renúncia fiscal com a desoneração de R\$ 25 bilhões para R\$ 12 bilhões ao ano.

O Palácio do Planalto e a bancada do PMDB na Câmara não chegaram a um acordo. "Não dá tempo. A sessão de amanhã é curta e a oposição já disse que vai obstruir", afirmou o líder peemedebista na Casa, Leonardo Picciani (RJ).

Indústria

A indústria pressiona o governo contra a medida. O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, se reuniu ontem com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, para pedir que o governo reconsidere a redução da desoneração da folha de pagamento que está para ser votada na Câmara como um projeto de lei (PL). De acordo com Skaf, a proposta que o setor fez ao governo é a de que a indústria de transformação não tenha alteração de alíquotas pois, segundo ele, o setor já contribuiu com o ajuste fiscal após a elevação das alíquotas do Reintegra.

Depois de entregar estudos ao ministro, Skaf pediu que as alíquotas do setor não fossem alteradas e que os outros segmentos atingidos pela alteração na medida tenham alíquotas em um patamar intermediário. "Eu proponho que a desoneração continue sendo linear, mas não aceito alteração na alíquota da

indústria. O setor tem de continuar em 1%", afirmou. Skaf também descartou que o setor produtivo de São Paulo aceite um escalonamento de alíquotas para o PL. "Eu falo pela indústria de São Paulo e ninguém falou de escalonamento, nem o Levy mencionou essa possibilidade".

Segundo o presidente da Fiesp, o problema do País é que o governo gasta mais do que deve pois a arrecadação é elevada. "Todo mundo paga muito, o problema é que o governo gasta demais. Não se pode ameaçar a indústria com aumento de imposto, pois a reação será forte".

Para Skaf, a indústria de transformação é responsável apenas por R\$ 9 bilhões dos R\$ 25 bilhões que o governo federal diz contribuir com o setor. As contas do segmento indicam que o governo contribui com R\$ 4 bilhões, já que com o aumento das alíquotas do Reintegra e o imposto sobre a exportação somam R\$ 5 bilhões de receita.

Skaf afirmou que o ministro não comentou a proposta levada por ele, ouviu muito mais do que falou durante a reunião e que o encontro acabou sem uma conclusão. "Eu não esperava uma decisão hoje (ontem), mas, realmente, a reunião não foi conclusiva". Skaf afirmou que a única opinião comum do encontro é que a medida tomada será linear. "Nós não teremos 3 ou 4 setores privilegiados pela medida".

O presidente da Fiesp reiterou, durante a conversa, a situação vivida pela indústria no momento e ressaltou que o único fator que tem ajudado o setor é o dólar a R\$ 3. "Mas sofremos com a falta de crédito e de infraestrutura e com a inadimplência no setor".

*Com informações da Agência Câmara e da Agência Estado.



PÁGINA 2
Natal reduz multas e juros para devedores.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE **DATA:** 21.05.15
FINANÇAS

EDITORIA: NEGÓCIOS E

Mais cortes ou já cortou?

O Governo Federal promete para hoje a divulgação do tamanho do contingenciamento do Orçamento da União de 2015. O corte deverá ficar entre R\$ 70 e R\$ 80 bilhões, de um orçamento de pouco mais de R\$ 2 trilhões. Como já estamos no quinto mês do ano e todos os segmentos do governo reclamam da falta de recursos, na prática o orçamento já foi cortado. Os cortes orçamentários atingem todos os estados. No Nordeste, a bancada tenta pressionar o Governo Federal para aliviar a tesoura. O Ceará, por exemplo, reclama de um corte de R\$ 8,87 bi nos recursos destinados ao Estado, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2).

ORÇAMENTO Os ministérios com os maiores orçamentos para este ano, conforme a lei orçamentária, são Previdência Social (450,7 bi), Saúde (121 bi), Educação (103,4 bi), Defesa (81,6 bi), Desenvolvimento Social e Combate à Fome (75,3 bi), Trabalho (54,8 bi), Cidades (33 bi), Planejamento (21,3 bi), Transportes (19,9 bi) e Comunicações (11,3 bi).

Abuso

Pesquisa do Idec/SP, mostra que as tarifas de serviços bancários aumentaram muito acima da inflação. O aumento chega a 136% entre serviços avulsos e 75,2% entre os pacotes analisados. A pesquisa avaliou 75 pacotes de serviços dos seis maiores bancos do país e detectou que 44% sofreram reajustes, uma prática abusiva.

INCENTIVO Para estimular a industrialização no interior, o governo do Estado assina hoje o termo que concede a seis empresas o benefício do Proadi. São as empresas JPS Indústria, e Comércio, Trevo Embalagens, Patrícia Soares Lima, a Indústria de Massas NutriCracker, Ceará-Mirim Agro Industrial e a Vale Verde Empreendimentos Agrícolas.

Cai a procura por crédito

Conforme apurou o Indicador Serasa Experian de Demanda das Empresas por Crédito, houve queda de 12,3% na procura das empresas por crédito em abril último, na comparação com março/15. Também houve retração na relação com abril do ano passado: variação de -1,2%. Apesar deste duplo re-

Reação

O setor de serviços cresce 6,1% na receita em março, em relação a março do ano passado, diz levantamento do IBGE. O destaque foi o setor de transportes puxando o avanço, mas esse dado não desconta a inflação no período. A taxa é superior às taxas de fevereiro (0,9%) e janeiro (1,8%). A taxa acumulada no ano atingiu 2,9% e, em 12 meses, 4,6%.

cuo, a demanda das empresas por crédito, no acumulado do primeiro quadrimestre do ano, registra alta de 6,9% frente ao mesmo período do ano passado. A retração da procura por crédito reflete o quadro recessivo da economia, com as altas taxas de juros e baixo grau confiança.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 21.05.15

EDITORIA: ECONOMIA

Azul amplia oferta de assentos no RN

« TRANSPORTE AÉREO » A empresa inicia em 27 de junho a operação de uma nova aeronave que substitui a "Embraer" na rota Natal-Campinas. A troca mais do que dobra a capacidade de transporte de passageiros



A Azul tem aproximadamente cinco voos diários e sem escalas na capital potiguar. Outras companhias também estão expandindo

São Paulo – A Azul Linhas Aéreas Brasileiras confirmou para o dia 27 de junho o início da operação de um voo aos sábados entre Campinas e Natal, operado pela aeronave Airbus A330-200. A aeronave substituirá o Embraer E195, de 118 assentos, usado atualmente na frequência que parte de Campinas pela manhã e faz o trajeto inverso à tarde – e deverá mais que dobrar a capacidade de transporte da companhia entre os dois destinos. O Airbus A330-200 tem capacidade para transportar até 272 passageiros. As informações foram detalhadas ontem. E a operação já está aprovada pela Agência Nacional de Aviação Civil, segundo a companhia.

“Nada mais justo do que oferecermos mais assentos em uma rota que registra alta densidade ao longo de todo o ano. A inclusão do Airbus A330 permitirá transportarmos mais que o dobro de Clientes que o habitual e também é uma maneira de alavancar o turismo na região”, disse Marcelo Bento, diretor de Planejamento e Alianças da Azul, em nota à imprensa. Segundo ele, a operação foi possibilitada pela redução da alíquota de ICMS sobre combustível de aviação, anunciada este ano pelo governo do estado.

Atualmente, a Azul tem aproximadamente cinco voos diários e sem escalas na capital potiguar: Belo Horizonte (Confins), Fernando de Noronha, Goiânia, Re-

cife e Campinas são as cidades atendidas a partir do aeroporto Governador Aluizio Alves, que atende a Natal.

Expansão

A oferta de assentos em voos nacionais e internacionais deverá aumentar também em outras companhias aéreas, a partir do segundo semestre. A Secretaria Estadual de Turismo anunciou este mês a atração de um voo “charter” semanal entre o Rio Grande do Norte e a cidade de Milão, na Itália. O voo será operado pela Linea Aerea Meridiana Fly e, segundo informa o site da empresa, terá início em 15 de setembro. Desde o início do ano, o estado soma quatro voos novos com início ainda este ano: Campi-

nas (SP)-Natal, Belo Horizonte (MG)-Natal, Buenos Aires (ARG)-Natal e Milão (ITA)-Natal.

Há ainda a expectativa para outros voos internacionais diretos, partindo de Natal: Santiago (Chile), Bogotá (Colômbia), Estocolmo (Suécia), Frankfurt (Alemanha) e ainda para Roma, também na Itália, de acordo com a secretaria estadual de turismo.

O voo direto para Buenos Aires, que será operado pela GOL Linhas Aéreas, tem início previsto em 4 de julho. Esse voo foi o primeiro pedido oficial entre as companhias aéreas após o governo do estado reduzir a alíquota do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) para quem se dedica à aviação.

TAM discute com prefeitos viabilidade de implantar ‘hub’

A TAM Linhas Aéreas confirmou ontem que representantes da empresa e autoridades locais se reunirão em São Paulo, nesta sexta-feira (22), para discutir o estudo de viabilidade do primeiro hub – centro de conexão de voos – da companhia na região Nordeste. O investimento é disputado por Natal, Recife (PE) e Fortaleza (PE) e alcançará US\$ 1,5 bilhão.

O objetivo é que o hub opere destinos na Europa e também voos internacionais na América do Sul, além das operações dentro do Brasil. A previsão é que a cidade sede seja definida até o final de 2015, para que logo em seguida tenha início a implementação do hub. O início do funcionamento é previsto para dezembro do próximo ano.

A companhia já havia se reunido com representantes do governo do Rio Grande do Norte sobre o assunto. Desta vez, o encontro deverá ser realizado com o prefeito de Natal, Carlos Eduardo, e com representantes da prefeitura de São Gonçalo do Amarante, município sede do aeroporto potiguar. O horário e outros detalhes sobre a reunião não foram divulgados.

O Grupo LATAM, do qual a TAM faz parte, anunciou no dia 17 de abril o início de análises de viabilidade para a iniciativa,

que considera as três cidades nordestinas. O principal objetivo é ampliar a atuação das empresas do Grupo em voos entre a América do Sul e a Europa, considerando a posição geográfica estratégica da região Nordeste.

Destinos

“Independente da cidade definida, o novo hub resultará em melhor conectividade para todo o centro-norte do Brasil. Hoje, a oferta da aviação nacional está mais concentrada no Sudeste, no Sul e em Brasília. O projeto traz oportunidades de novos voos, destinos, rotas e conexões para toda a área ao norte do Distrito Federal, especialmente as Regiões Norte e Nordeste”, informou a companhia, na época do anúncio.

Os critérios para a definição das cidades são: localização geográfica, infraestrutura aeroportuária e seu potencial de desenvolvimento, e ainda, que ofereça uma melhor experiência ao cliente. “Fatores como competitividade de custos, atrelada a uma infraestrutura adequada, serão determinantes para a concretização desse projeto”, acrescentou ainda a TAM. O grupo já tem um hub em operação, atualmente, no aeroporto de Guarulhos.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 21.05.15

EDITORIA: ECONOMIA

Setor de serviços cresce, mas alta é vista com ressalvas

« PESQUISA » Dados do IBGE mostram que receita do setor cresceu, em termos nominais, 6,1% em relação a março do ano passado

Rio (AE) - O setor de serviços apresentou uma ligeira recuperação em março, mas insuficiente para animar os analistas. No mês, a receita do setor cresceu, em termos nominais, 6,1% em relação a março do ano passado. O resultado é melhor do que nos dois primeiros meses de 2015, mas, ao descontar o efeito da inflação, o setor não escapou de nova queda.

"Descontada a inflação de serviços, a receita real do setor recuou 1,9%, a décima terceira queda consecutiva nesse tipo de comparação", destacou a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Por isso, a aceleração é vista com reservas por economistas e pelo próprio IBGE, responsável pelos números. Há pouco mais de um ano, a receita nominal de serviços crescia a taxas de dois dígitos - mesmo com uma inflação elevada no setor, garantia-se algum avanço real. Agora, a maior cautela das famílias e a demanda reduzida da indústria, do comércio e dos governos impactaram diretamente a receita da atividade.

"Eu chamaria (o resultado de

março) de uma ligeira recuperação. Mas não podemos afirmar que é o começo de uma recuperação contínua", afirmou Roberto Saldanha, gerente da Coordenação de Serviços e Comércio do IBGE. "Nós temos hoje um quadro de desaquecimento na indústria e no comércio. No geral, os governos estão num processo de contenção orçamentária e, com isso, cortando seus gastos."

No primeiro trimestre, a receita nominal da atividade avançou 2,9% na comparação com igual período de 2014 - o pior resultado já registrado na série iniciada em 2012, de acordo com o IBGE.

Os serviços respondem por aproximadamente dois terços da renda gerada pela economia brasileira. Diante do quadro desfavorável, a Pesquisa Mensal de Serviços, embora não inclua todos os setores investigados no Produto Interno Bruto (PIB), traz sinalizações não muito animadoras, segundo especialistas.

Para a economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria Integrada, sem perspectivas de melhora da economia ao longo do ano, o setor de-

ve ter peso importante também no recuo do PIB este ano.

RN

O setor do Rio Grande do Norte cresceu 1,2% em março em comparação com igual mês de 2014. O desempenho ficou abaixo do nacional, mas um pouco acima da nordestina (1,0%). No Nordeste, os destaques foram o Ceará, que cresceu 5,4%; a Bahia com 4,1 e Pernambuco 4,0%. Dois estados da região tiveram resultados negativos: Piauí (-0,8) e Maranhão (-9,5%).

No ano, o Rio Grande do Norte acumula crescimento de 3,5% e nos últimos 12 meses de 3,7%.

Em comparação com igual mês do ano anterior, o setor teve crescimento de 9,2% em janeiro, queda (-0,4%) em fevereiro e agora crescimento de 1,2%.

Levando em conta a média trimestral, o Rio Grande do Norte ocupa o terceiro lugar no Nordeste (3,5%), num ranking liderado pelo Ceará, que cresceu 4,9%

*Com informações do blog Mercado.com

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE **DATA:** 21.05.15
COMENTÁRIOS

EDITORIA: NOTAS E

Decisão dos vereadores

A Câmara Municipal derrubou — por 16 votos a favor e 3 contra — o veto integral do Executivo ao Projeto de Lei que trata da obrigatoriedade de acessibilidade aos candidatos sur-

dos nos concursos públicos a serem realizados na capital potiguar. Diante disso, a matéria aguarda agora a sanção do prefeito para ser publicada no Diário Oficial do Município.

Presidente TAM vai a Dilma

O ministro do Turismo, Henrique Eduardo Alves, vai levar a presidente da TAM, Cláudia Sender, e o presidente do Conselho de Administração da empresa, Marco Antônio Bologna, para uma audiência com a presidente da República, Dilma Rousseff. Na ocasião, Cláudia Sender e Marco Antônio Bologna vão apresentar o projeto de instalação de um centro de conexões da TAM no Nordeste. O projeto deverá ser mostrado como um investimento importante para o desenvolvimento regional.

Vetos enviados

A mensagem com os vetos do prefeito de Natal ao projeto da lei de transporte de passageiros chegou à Câmara. O texto foi lido ontem no plenário e será enviado para a análise da legalidade na Comissão de Constituição e Justiça. Depois, os 22 vetos serão apreciados em plenário. Antes deverá

haver uma negociação para que se chegue a um entendimento. Há motivações jurídicas e técnicas para os vetos. Um dos aspectos que foram levados em consideração envolve a tentativa de evitar aumento das tarifas, se o projeto fosse sancionado como aprovado na Câmara.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 21.05.15 EDITORIA: GERAL

MCJ no calendário nacional

«TURISMO» Mossoró Cidade Junina e Festa do Boi poderão receber ajuda para shows. Propostas foram apresentadas ao ministro Henrique Alves

Os festejos juninos de Mossoró, realizados pela 19ª vez, de 6 a 26 de junho, e a 53ª edição da Festa do Boi, em outubro, na cidade de Parnamirim, estão a um passo de entrar para o Calendário Nacional de Eventos, em elaboração pelo Ministério do Turismo. O ministro Henrique Alves tratou do assunto ontem com o prefeito de Mossoró, Francisco José Júnior, e com o diretor da Associação Norte-Riograndense de Criadores (ANORC), João Alves.

De acordo com a Portaria 270 do Ministério do Turismo, a pasta pode arcar com o pagamento de cachês de artistas com recurso de emendas parlamentares ou de programação. Pela regra, o dinheiro deve ser destinado a eventos obrigatoriamente gratuitos, comprovadamente tradicionais e de notório conhecimento popular. A contratação ocorre por meio das prefeituras ou governos do estado. As bandas ou artistas contratados devem ser reconhecidos regional ou nacionalmente, além de estarem inscritos na Delegacia Regional do Trabalho. O investimento máximo do MTur é de R\$ 200 mil por artista ou banda.

Para ter acesso ao recurso, as atrações devem estar cadastradas junto ao Ministério do Turismo. "Só a inclusão das duas festas no calendário que estamos elaborando, já amplia a divulgação e dimensão desses eventos consolidados no Rio Grande do Norte e com repercussão regio-



PAULINHO MENEZES

Henrique conversa com o prefeito Silveira Júnior sobre projetos para o turismo em Mossoró

nal e nacional", ressaltou Alves.

O prefeito Francisco Silveira Júnior também pediu o apoio do ministro Henrique Alves para o Santuário de Santa Luzia, na Serra Mossoró. O projeto do monumento religioso, já em elaboração, deverá contar com uma estátua da padroeira do município com 80 metros de altura. A base do monumento ficará 300 metros acima do nível do mar.

O ministério do Turismo poderá participar do projeto com a construção dos acessos e da infraestrutura necessária para receber turistas eromeiros no Parque da Serra Mossoró. A orientação do ministro foi para o prefeito pleitear junto aos deputa-

dos e senadores potiguares emendas individuais para execução das obras.

O ministro Henrique Alves disse ao prefeito que pediu ao ministro Eliseu Padilha, da Aviação Civil, mais empenho para a definição do terreno, entre três possibilidades já disponíveis, para a construção de um novo aeroporto em Mossoró. Outro projeto para a região, a construção de uma ponte que liga Areia Branca e Grossos, será discutido no Ministério dos Transportes. Assim como o novo aeroporto regional, a ponte da Costa Branca também precisa de um projeto para ser incluída no Orçamento da União. A futura ponte vai pre-

mitir a ligação entre Natal e Fortaleza pelo Litoral.

Também ontem, o ministro recebeu do prefeito de Upanema, Luiz Jairo, a proposta de um projeto para aproveitamento turístico da barragem de Umari, terceiro maior reservatório do Rio Grande do Norte. Atualmente, o reservatório é utilizado para produção de peixe em cativeiro e pequenos projetos de irrigação. "Precisamos também aproveitar o potencial turístico que Umari representa para a região", disse o ministro. O projeto do Parque de Umari inclui, além dos acessos até o reservatório, toda a infraestrutura para receber banhistas e visitantes.